

Militares discutem Direitos Humanos

Fernanda Lambach
Da equipe do **Correio**

Diadema? É melhor nem tocar no assunto... Pelo menos para os oficiais da Polícia Militar de 15 estados brasileiros e do Distrito Federal que participaram, semana passada, do Curso Intensivo de Direito Humanitário e Direitos Humanos promovido, em Brasília, pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e pelo Ministério da Justiça.

Eles ficam irritados com o tema e querem evitar, ao máximo, a lembrança dos dez policiais que agrediram populares da Favela Naval (SP) em março passado. "Repudiamos o que aconteceu e preferimos não tratar disso durante o curso. Aliás, durante as aulas tratamos de condutas policiais que são exatamente o oposto do que aconteceu em São Paulo", comentou o major Lobo Rodrigues, que atua na Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal.

Cees de Rover, o principal instrutor do curso sobre Direitos Humanos e responsável pela área de treinamento do CICV, usou como tática, para não constranger os alunos, evitar a lembrança direta do caso de Diadema. Tratou, porém, de situações imaginárias muito semelhantes ao ocorrido em São Paulo e esclareceu quais são as regras de conduta que as Nações Unidas aceitam para a resolução de conflitos.

CERTO

Rover, um ex-coronel da polícia holandesa e talvez um dos maiores especialistas em Direitos Humanos do mundo, tem apenas 36 anos. Chegou a Brasília no momento certo, em uma semana onde várias rebeliões aconteceram em presídios superlotados do país e quando um militar de São Paulo foi obrigado a atirar na cabeça de um seqüestrador para salvar uma menina de dois anos.

Mesmo sem entender uma palavra de português, ele não perdeu um noticiário que tratasse de vio-

lência e usou toda a munição que tinha para comentar a atualidade brasileira e pregar a importância de o policial saber que a vida e a dignidade humana estão acima de qualquer coisa.

"Meu objetivo com o curso não é formar os policiais em Direito, nem torná-los advogados. Quero que reflitam sobre as leis e saibam aplicá-las no dia-a-dia", declarou o ex-coronel.

Segundo Rover, a polícia brasileira não é mais ou menos educada ou preparada do que as outras polícias do mundo, mas precisa urgentemente ter a importância reconhecida pelo governo. "O que falta é investimento", avisa o ex-coronel.

Outro oficial que participou do curso, o tenente coronel catarinense Sérgio Wallner, enfatizou o fato de quanto mais protegidos e bem equipados estiverem os policiais, menos perigo existe de causarem algum mal à população ou a grupos que estejam participando de conflitos. "Armas de fogo devem ser usadas apenas em último caso. Por isso os policiais devem ter equipamentos alternativos como escudos, para se protegerem, e granadas de efeito moral, para assustar ofensores sem ferí-los", comentou o coronel.

ESPANTO

Rover ficou espantado ao saber que um outro palestrante do curso, o tenente coronel João Raimundo de Souza Amorim, chefe-de-gabinete do Comandante Geral da Polícia Militar de Alagoas, está com os salários de cinco meses atrasados porque o governo não têm verbas. "Outras categorias de profissionais já estariam fazendo greve há muito tempo se estivessem nas mesmas condições", comentou Rover.

O ponto alto do curso, segundo vários participantes, foram dramatizações, simulações de conflitos, em que os policiais atuavam como manifestantes, populares e também como agentes de polícia. Em uma delas, alguns oficiais fizeram o papel de sem-terra que haviam ocupado terras improdutivas e outros o da polícia.

Iris e Gregori tentam acordo

O ministro da Justiça, Iris Resende, reúne-se hoje com o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, para afinar o discurso sobre o projeto que transfere da Justiça Militar para a comum os crimes cometidos por policiais militares no exercício da função. Gregori pedirá o apoio do ministro à proposta do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), a qual já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está em discussão no Senado.

A reunião, porém, não promete ser fácil. Na quinta-feira, a proposta de Bicudo foi duramente criticada por Iris logo depois da posse. "Vou conversar com o ministro e colocar os pormenores", afirmou Gregori, depois de se reunir com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o secretário de Educação à Distância, Pedro Paulo Popovic, no restaurante Antigamente, no Lago Sul.

EQUILÍBRIO

Segundo ele, a versão final do projeto "é equilibrada" e boa porque não transfere da Justiça Militar para a comum todos os crimes, como propunha Bicudo. Ela torna obrigatória a presença de um promotor público no andamento dos inquéritos militares.

"Quem negociou a solução aprovada pela Câmara foi o governo", avisou o secretário. Como se trata de um compromisso firmado pelo ex-ministro Nelson Jobim, Gregori acredita que Iris poderá deixar de se opor a ele como vinha fazendo quando estava no Senado.

Gregori sustenta ainda que Iris, embora tenha um estilo diferente de seu antecessor, não promoverá mudanças profundas nas diretrizes traçadas por Jobim. "A linha política do Ministério é bem enraizada, vem do presidente da República", lembrou o secretário.